

A conciliação de práticas cooperativas com o desafio da conquista e manutenção da sustentabilidade: o caso da Cooperativa Ecovale na região do Vale do Rio Pardo – RS¹

Giovana Souza Freitas – mestrandia em Agronegócios/CEPAN²/UFRGS

Av. João Pessoa, 721/406.

90.040-000 - Porto Alegre - RS Telefones: 51.

3228-8417 e 51. 9822.7943.

Zilá Mesquita – professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e Programa de Pós-Graduação em Agronegócios/CEPAN/UFRGS

R. Comendador José Júlio de Mello,

241. Bairro Teresópolis - Porto Alegre - RS Telefone:

51. 3316-3818

Apresentação

A partir da criação da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (Ecovale) na região do Vale do Rio Pardo – RS como uma organização que busca proporcionar alternativas de viabilização da atividade ecológica para os agricultores da região e garantir acesso dos produtos ao mercado consumidor, procura-se incitar, neste artigo, uma discussão preliminar sobre as formas como esta cooperativa vem se organizando para garantir a otimização da produção dos seus produtos, incluindo o processo de agroindustrialização destes e a cooperação que vem se estabelecendo com núcleos de produtores ecológicos de outros Estados para possibilitar a troca de produtos não disponíveis pelo mesmo. A cooperação está servindo como fator dinamizador da sustentabilidade.

O universo empírico da pesquisa é constituído por agricultores familiares da região do Vale do Rio Pardo – RS. A análise foi feita através de entrevistas com os

¹ Sessão temática à qual o artigo está sendo submetido: **Articulação entre a agricultura familiar e agricultura orgânica na perspectiva ética.**

² CEPAN – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – fgiovana@yahoo.com.br, zmesquita@adm.ufrgs.br

agricultores e por meio de observações da própria pesquisa de campo que buscou verificar o que está contribuindo para a conquista da sustentabilidade econômica desses atores sociais, envolvidos nesse importante processo de mudança.

Em tratando-se de agricultores familiares, verifica-se que o aspecto primordial a ser observado é a capacidade de o sistema em uso produzir uma rentabilidade razoável e estável através do tempo, que satisfaça as necessidades humanas dos agricultores e suas famílias em termos de alimentos, educação, saúde, transporte e lazer, enfim, em termos de qualidade de vida.

Do ponto de vista da sua contribuição ética para a sociedade, esta iniciativa pode propiciar aos consumidores urbanos de sua região a qualidade nutricional dos produtos oferecidos e uma educação alimentar e ambiental segundo os princípios ecológicos e cooperativistas que são os valores que sustentam esta iniciativa.

Palavras-chave: agricultura familiar, cooperação, sustentabilidade.

Abstract

On and after the creation of the Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (ECOVALE) in the Vale do Rio Pardo region- RS, as an organization that searches to provide alternatives in order to become viable the ecological activity to the region's farmers as well as assure access of the products to the consumer market, in this article one tries to instigate a preliminary discussion about the forms this cooperative has been organizing itself to guarantee the production optimization of its products, including its industrialization and the cooperation that has been established with the ecological core producers from other states, facilitating the exchange of products not available in those nucleus. The cooperation it is working as a dynamical factor of sustainability.

The research's empirical universe is constituted by domestic farmers from the Vale do Rio Pardo region-RS. The analysis was performed through interviews with the farmers and through observations from the field survey group, who looked to verify what is contributing to the conquest of the economic sustainability from these social players, involved in this important changing process.

As far as dealing with domestic farmers, one realizes that the fundamental aspect to be observed is the system's capacity in produce a reasonable and stable profitability throughout the time, that satisfies the human necessities of the farmers and their families in terms of food, education, health care, transport and leisure, in short, quality of life.

From the ethics contribution point of view to the society, this initiative may allow to the urban customers of their region, the nutritional quality of the products offered and a alimentary and environmental education according to the ecological and co-operative principles, which are the values that sustain this initiative.

1. Introdução

Durante a década de 50, ocorreu no Brasil o processo que se convencionou chamar de modernização da agricultura, possibilitando aos produtores agrícolas a utilização massiva de produtos industriais nas lavouras, como herbicidas, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas que trouxeram substanciais incrementos na produtividade das mesmas.

Desde então, tem-se a chamada agricultura moderna, já que o setor agrícola deixou de ser autônomo, fechado dentro de suas próprias bases naturais para se tornar um setor dependente de insumos oriundos do setor industrial que contribuem para o aumento de sua eficiência.

A partir da modernização da agricultura firmou-se um novo padrão tecnológico, amplamente utilizado entre os produtores rurais que tiveram aporte de renda suficiente para adquirir insumos industriais e modernizar as suas propriedades. À medida que o processo de modernização foi implantado, os produtores começaram a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos em cada região. Esta tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, de outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, implicando uma maior integração do produtor e da produção no mercado e um aumento da racionalidade para o lucro.

Isso ocorre, fundamentalmente, porque a lógica de produção da pequena propriedade é diferenciada das médias e grandes. Na primeira, ocorre a diversificação da produção procurando garantir, prioritariamente, a subsistência da família, somente o restante é comercializado. Nas médias e grandes propriedades, estabelecem-se relações capitalistas de produção, objetivando atender aos mercados consumidores que se mostram cada vez mais exigentes.

A intensificação da utilização de insumos industriais nas lavouras contribuiu sobremaneira para garantir a eficiência do setor agrícola, enquanto fornecedor de matérias-primas para as agroindústrias processadoras. A pequena propriedade também foi inserindo-se nesse contexto, à medida que o produtor passou a trabalhar em regime integrado à agroindústria, cumprindo as exigências das mesmas.

Não obstante, se por um lado o setor agrícola conseguiu dinamizar-se, tornando-se mais eficiente a ponto de corresponder às exigências das agroindústrias processadoras, passando a ser um elo central dentro de uma dinâmica produtiva formada por indústrias produtoras de insumos industriais para a agricultura e por agroindústrias processadoras de matérias-primas, por outro lado, verifica-se que desse processo resultam graves danos ao meio ambiente e à própria saúde dos produtores e consumidores.

Essa profunda mudança no padrão tecnológico que culminou acarretando a modernização da agricultura começou a ser instaurada nos países desenvolvidos a partir da Revolução Verde³, vindo a ser implantada no Brasil a partir da década de 1950. Nesse período, os países buscavam reconstruir-se depois dos fortes abalos advindos da Segunda Guerra Mundial. Dentro dessa perspectiva, emergiram propostas e modelos de desenvolvimento que buscavam alavancar as economias nacionais e superar o período de recessão.

³ Denomina-se Revolução Verde o processo pelo qual o padrão agrícola químico, motomecânico e genético, criado nos Estados Unidos e na Europa, foi disseminado para várias partes do planeta. Este termo deriva dos enormes avanços genéticos que, aplicados à agricultura, possibilitaram a produção de variedades altamente produtivas, desde que se utilizasse também um conjunto de insumos e de práticas que ficou conhecido como "pacote tecnológico".

O modelo de desenvolvimento dominante concedia excessiva ênfase ao aspecto econômico, em detrimento de outras dimensões que podem ser consideradas ao tratar-se de um conceito como o desenvolvimento, tão amplo e com a pretensão de ser aplicado em situações tão diversas.

O processo de modernização da agricultura vai ao encontro do que fora proposto por esse modelo de desenvolvimento ao propor a utilização de insumos industriais modernos nas unidades produtivas com o intuito de aumentar significativamente os índices de produtividade das lavouras. Dessa forma, a agricultura brasileira conseguiria abastecer o mercado interno e ainda gerar excedentes para ser exportados, contribuindo para aumentar o desempenho da balança comercial.

Não obstante, as conseqüências desse processo começaram a revelar-se à medida que milhões de pequenos produtores rurais não tiveram condições de adquirir os insumos industriais necessários ao incremento da produtividade, ficando, dessa forma, à margem do processo de modernização. Além disso, inúmeros impactos ambientais foram gerados devido à substituição dos recursos naturais por técnicas artificiais e insumos degradantes colocados na terra, água e ar.

Essas são algumas das conseqüências advindas da aplicação desse modelo de desenvolvimento que privilegia o econômico, gerando inúmeros problemas de ordem social e ambiental. Em função disso, começa a emergir uma proposta de reação, alternativa àquela dominante, que retira o primado do econômico e afere importância à dimensão social, ambiental, política, cultural, etc., que possuem igual relevância dentro da proposta. Este modelo de desenvolvimento, envolto na complexidade de querer abarcar várias dimensões, ficou conhecido como “sustentável”.

Theis e Merico (1999) propõem o emprego de dois parâmetros de sustentabilidade: desenvolvimento sustentável com sustentabilidade social e com sustentabilidade ambiental. Nesse caso, o desenvolvimento sustentável deverá orientar-se para uma interação que implique em benefícios sociais e ambientais superiores aos seus respectivos custos.

Conforme Gliessman (2000), a despeito de seus sucessos, o sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Por isso, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, no longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível.

Em meio a esse paradoxo, mostra-se latente a existência de duas visões antagônicas e conflitantes a respeito do padrão tecnológico que deve predominar e conseguir garantir a sustentação da agricultura no longo prazo: de um lado, **a agricultura moderna**, altamente mecanizada, demandando insumos industriais que lhe garantam bons índices de produtividade e qualidade a ponto de conseguir gerar produtos compatíveis com as necessidades das agroindústrias processadoras; de outro, **a agricultura ecológica**, utilizando técnicas que não prejudicam o meio ambiente, buscando promover a diversificação da propriedade e a conseqüente redução dos insumos externos à mesma.

Percebe-se que se mostra crescente ao longo dos anos o número de praticantes da agricultura ecológica, bem como o número de agentes que trabalham em prol do desenvolvimento de práticas agrícolas menos nocivas ao meio ambiente e à saúde humana. Inúmeras entidades, associações e Organizações Não-Governamentais (ONGs) espalhadas por todo o mundo vêm trabalhando na divulgação da necessidade de adoção de um novo sistema de produção agrícola que se empenhe na manutenção dos níveis de produtividade deixando menos resíduos e sendo menos nocivo ao meio ambiente.

Este é um processo lento e demorado que requer o comprometimento de todos os agentes envolvidos na causa pela qual se exige a mudança. Neste caso, essa é de grande magnitude por tratar-se de uma quebra do

paradigma criado a partir da Revolução Verde e a adoção de um novo padrão tecnológico de produção agrícola capaz de garantir as necessidades alimentares e sociais das atuais e futuras gerações e, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais.

Inseridos nessa problemática, encontram-se inúmeros agentes que vêm desenvolvendo experiências de lavouras cultivadas de forma sustentável, produzindo produtos orgânicos que não causam danos ao solo, não sendo nocivos à saúde dos produtores, tampouco dos consumidores.

No Brasil, destacam-se os trabalhos das ONGs agroambientalistas surgidas durante a década de 80. Estas organizações têm atuado em todo o País e ganham cada vez mais adeptos que passam a atuar em prol da preservação ambiental e social. Conforme Ehlers (1999), um dos principais desafios dessas entidades tem sido a adequabilidade de suas propostas à realidade do meio rural brasileiro. Muitas experiências têm se mostrado satisfatórias do ponto de vista ecológico e social. Mas, em alguns casos, não apresentam-se rentáveis e produtivas suficientemente a ponto de conseguir "vencer" a lógica comercial da agricultura moderna. Na prática, grande parte das ONGs reconhece a dificuldade da substituição do padrão convencional pelo alternativo e adota soluções "intermediárias" que procuram aliar o desejável ao exeqüível.

No Rio Grande do Sul, este trabalho vem mostrando resultados satisfatórios nas experiências práticas existentes de sistemas de produção livre de insumos industriais desenvolvidos por núcleos de produtores que já são destaque no Estado no segmento de produtos ecológicos. Segundo Felippi (2001) existem atualmente cem núcleos de produção ecológica no Estado.

Um dos núcleos de produção ecológica que vem se estruturando nos últimos anos e procurando especializar-se na produção e comercialização desses produtos está situado na região do Vale do Rio Pardo (centro-sul do Rio Grande do Sul). Com o intuito de dinamizar a comercialização da produção ecológica foi fundada em agosto de 2000 a Cooperativa Regional de

Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. (Ecovale). Quando da sua fundação, a organização apresentava cerca de quarenta famílias cooperadas provenientes dos municípios de Vale do Sol, Vera Cruz, Paraíso do Sul e Santa Cruz do Sul. E este último abriga a sede da Ecovale, onde os produtos são comercializados para o consumidor final.

Com o objetivo de incitar a discussão sobre a sustentabilidade na agricultura e revelar a cooperação que vem se estabelecendo entre agricultores familiares ecologistas é que o presente artigo foi elaborado, revelando a experiência de agricultores que estão empenhados em conseguir otimizar a produção e comercialização de produtos ecológicos.

2. As mudanças em torno da maneira de pensar o desenvolvimento: do econômico ao sustentável

O termo “desenvolvimento” começou a ser amplamente analisado e discutido no período pós-guerra. Muitos debates ocorreram no mundo acadêmico e político e, a partir daí, muitas políticas públicas de suporte ao desenvolvimento foram formuladas e implantadas por inúmeros países ao longo de várias décadas com o intuito maior de promover o desenvolvimento das nações, tanto aquelas em reconstrução no pós-guerra, como naquelas do então denominado “Terceiro Mundo”. Vários autores, ditos desenvolvimentistas, analisaram o tema sob a ótica dos mais diversos campos do saber, o que resultou em inúmeras e significantes obras que se fazem referência ainda hoje quando o tema é abordado.

Dentro da ótica desenvolvimentista do pós-guerra, mostrava-se nítida a valorização do aspecto econômico, dada a ênfase na reconstrução material dos países atingidos pela guerra e pela construção naqueles tidos estruturalmente como subdesenvolvidos. Esta era a situação conjuntural que se mostrava presente nos anos 50 e 60.

Organismos internacionais trabalhavam em prol da conquista do desenvolvimento econômico das nações, que deveria ser revelado através de indicadores criados para mensurar o nível de desenvolvimento, entre os

quais: o aumento da renda per capita da população, os excedentes de produção e os ganhos de produtividade. Com o passar dos anos, este modelo foi contribuindo para originarem-se grandes desequilíbrios, verificados principalmente pela desigualdade, cada vez mais acentuada, entre nações pobres e ricas.

No caso do Brasil, depois de passarmos por um processo de intensa industrialização e urbanização nas cidades e um processo de modernização do campo, a persistência na implementação de um modelo de produção a qualquer custo chega ao fim com a emergência de uma outra compreensão sobre o desenvolvimento que traz consigo a clareza de que os recursos naturais existentes no ecossistema são finitos e, portanto, devem ser utilizados com moderação e cautela.

O desenvolvimento, até então avaliado predominantemente sob indicadores de ordem econômica, passou a compreender uma série de outras dimensões de ordem social, ambiental, política, cultural, etc., que se mostram tão relevantes quanto os primeiros, inaugurando um outro tipo de análise, mais complexa, porém viável. A partir daí, o conceito de desenvolvimento econômico é substituído pelos próprios organismos internacionais que passaram a adotar as expressões “desenvolvimento humano” ou “desenvolvimento sustentável”.

A incorporação das questões provenientes da necessidade de utilização racional dos recursos naturais - aceitos como finitos - e aquelas que concernem à participação popular na riqueza social foram fundamentais para que se começasse a pensar no desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade assume a forma de qualificadora do desenvolvimento (Muller, 1997).

Ainda no rol das mudanças quanto ao modo de pensar o desenvolvimento, impetrou-se o fim das idéias universalistas, capazes de ser aplicadas em qualquer lugar e sob qualquer circunstância para emergir um processo descentralizador, em que cada localidade poderá decidir as suas prioridades e vir a trabalhar de modo a superar as suas próprias

necessidades de modo a promover o desenvolvimento local.

É com a perspectiva de promover a melhoria do contexto espacial local e/ou regional que as instituições estão engajadas de forma a criarem projetos que compreendam as múltiplas dimensões do desenvolvimento. Neste âmbito, salienta-se a atuação das universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos, ONGs e várias outras instituições que vêm empenhando-se em criar formas de promoção do desenvolvimento sustentável no local em que atuam.

3- Aspectos metodológicos

Para a compreensão dos propósitos do presente artigo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores que estão na qualidade de sócios da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda., com sede no município de Santa Cruz do Sul - RS.

Foi realizado o total de 13 entrevistas. Procurou-se entrevistar agricultores de diferentes grupos que fazem parte da cooperativa. Além disso, os produtores entrevistados são aqueles que participam há mais tempo do grupo em que estão inseridos, portanto detentores de maiores experiências com a agricultura ecológica e mais atuantes no processo de formação da cooperativa.

Os dados obtidos através da pesquisa empírica, concomitantemente com o escopo teórico desenvolvido forneceram bases para averiguação dos objetivos propostos.

4. A iniciativa dos agricultores ecologistas da região do Vale do Rio Pardo em consonância com o projeto de trabalho do CAPA

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma ONG agroambientalista criada e mantida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, com núcleos de atuação nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Um dos núcleos de atuação do CAPA no estado do Rio Grande do Sul tem sede no município de Santa Cruz do Sul, considerado município pólo da região do Vale do Rio Pardo. Essa entidade, constitui-se em um grupo de

apoio e assistência técnica para agricultores, objetivando viabilizar econômica e ecologicamente as pequenas propriedades, utilizando técnicas alternativas de produção, suscetíveis de darem à propriedade uma maior autonomia em relação ao mercado (Almeida, 1999).

Atuando na região do Vale do Rio Pardo desde 1985, o CAPA vem realizando um importante trabalho em prol do desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia. Em se tratando do Vale do Rio Pardo, este se constitui um grande desafio já que existe uma forte influência da indústria fumageira na região, em que os produtores trabalham em regime integrado à indústria que lhes proporciona assistência técnica, crédito para custeio, seguro agrícola para as lavouras e a distribuição de insumos diretamente nas propriedades, o que vem a tornar-se um grande atrativo, fazendo com que o produtor dedique-se integralmente a esta cultura.

No entanto, o processo de produção da forma como vem sendo realizado põe em risco a saúde do fumicultor pelo contato direto que mantém com os agrotóxicos nas lavouras. Esse foi o principal motivo pelo qual cerca de quarenta agricultores sentiram-se estimulados a abandonar a fumicultura e inserir a sua propriedade numa lógica de produção sistêmica e ecológica, em que se utilizam insumos provindos das atividades desenvolvidas dentro da mesma, priorizando-se a diversificação de culturas agrícolas e a integração entre lavoura-pecuária-floresta.

O quadro mostrado abaixo procura traçar um paralelo entre a atividade atual que vem sendo desenvolvida pelos agricultores ecologistas em contraposição à atividade anterior, ou seja, a produção de fumo.

Antes	Hoje
Monocultura do fumo	Diversificação de cultivos
Realizavam a agricultura convencional	Realizam a produção ecológica
Trabalho individual	Trabalho realizado em grupos
A indústria fumageira determina quanto, como e de que forma produzir	O agricultor determina o quanto, como e o que produzir

Produziam para a indústria fumageira	Produzem para o sustento da família e para a cooperativa
--------------------------------------	----------------------------------------------------------

Quadro 1: Atividade dos agricultores ecologistas antes e depois do cultivo de produtos ecológicos

Fonte: dados da pesquisa

Esses praticantes da agroecologia integraram-se ao projeto de trabalho do CAPA que tem como base os princípios da agroecologia e da cooperação. A conversão para a atividade agroecológica para esses agricultores significa, *a priori*, estar disposto a arcar com o alto risco de deixar de produzir uma cultura que tem um mercado garantido pela indústria fumageira, migrando para outra, totalmente diferenciada, que exige uma nova estruturação na propriedade e a criação de condições para que tenha oportunidade de comercializar a produção, tendo o desafio de conquistar o mercado.

Dispostos a aceitar o desafio, esses produtores organizaram-se em grupos, de acordo com a proximidade de suas propriedades, afinidades de ideais e vínculos de amizade. Uma das condições estabelecidas pelo CAPA para prestar assessoria aos produtores é que estes estejam organizados em grupos. Cada um dos grupos, constituído no mínimo por oito famílias de agricultores, possui um estatuto próprio e autonomia para decidir o que produzir e como comercializar, tendo como responsabilidade comum a disposição para dedicarem-se à aplicação das diretrizes e dos princípios da agroecologia.

A partir da consciência do agricultor e da disposição para integrar-se a um grupo e começar o processo de aprendizado sobre agroecologia, a equipe do CAPA se responsabiliza pela divulgação das diretrizes, princípios e práticas agroecológicas. Assim que o grupo integra-se à proposta de trabalho do CAPA, passa a receber visitas periódicas dos técnicos para verificarem a situação das lavouras e a estrutura da propriedade. O processo de aprendizagem sobre agroecologia também ocorre durante a realização de visitas a grupos de produtores de outras localidades que já se mostrem mais experientes na prática da produção ecológica.

Esses grupos, já integrados ao CAPA há quatro anos, vêm aprimorando seus conhecimentos na agroecologia e almejando oportunidades que lhes possibilite abandonar totalmente o cultivo do fumo e inserir a propriedade numa lógica de produção agroecológica que seja capaz de garantir uma rentabilidade estável, que contribua para a manutenção da família e da atividade ao longo do tempo.

Com o propósito de desenvolver a atividade e conscientes da necessidade de trabalhar em grupos para tornar-se mais fortes, disporem de maior produção e maior diversidade de produtos é que foi verificando-se a necessidade de aumentar a organização formal, que servisse como um suporte jurídico capaz de adequar-se ao perfil dos integrantes dos grupos e lhes trouxesse bases mais consolidadas para orientar-lhes na condução do seu trabalho.

Dispondo de vários tipos de organizações, os grupos optaram por criarem a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. (Ecovale). Assim, os agricultores encontram-se na qualidade de sócios cooperados, possuindo sua própria empresa para administrarem, tendo de participar diretamente do processo de tomada de decisões da mesma e baseando-se nos princípios e doutrinas do cooperativismo.

5. A Cooperativa Ecovale como alternativa para viabilizar a atividade ecológica e desenvolver o princípio da cooperação

A Cooperativa Ecovale é um dos frutos do trabalho do CAPA na região. Ela é uma organização formada por grupos de agricultores ecologistas. Esses grupos, provenientes de diferentes municípios da região, formam-se em função da similaridade das culturas desenvolvidas nas propriedades, a forma de cultivo dos produtos, a proximidade de suas propriedades, as mesmas crenças e hábitos culturais próprios do meio em que estão inseridos. Grande parte desses são vizinhos e até mesmo, amigos.

Cada grupo possui uma organização interna, cria o seu próprio estatuto e estabelece os princípios que nortearão seu trabalho. Como são provenientes de municípios diversos, não precisam ficar restritos ao mercado de Santa Cruz

do Sul, podendo expandir suas atividades no município de origem. Os próprios agricultores têm consciência de que precisam expandir suas atividades, o que será possibilitado através do fortalecimento do grupo e do aumento da produção oriunda deste.

A cooperação entre os agricultores começa a se estabelecer dentro do próprio grupo e configura-se como condição essencial para que ocorra o fortalecimento do mesmo. A necessidade dos produtores em cooperarem mutuamente está presente na conscientização de que isoladamente não conseguiriam sobreviver realizando a produção ecológica. Dessa forma, compreendem que a cooperação precisa ser estabelecida em termos da realização do trabalho conjunto e da ajuda mútua entre os integrantes dos grupos.

A cooperação que começa a se formar dentro dos grupos, estimulada pela própria filosofia de trabalho do CAPA, deve intensificar-se na Cooperativa, uma vez que caracteriza-se como um dos fundamentos maiores do cooperativismo. Na cooperativa, expressa-se através do espírito de união dos associados, do trabalho em conjunto, da participação e colaboração prestadas nas atividades da mesma.

O CAPA atua nesse sentido, sempre desenvolvendo atividades coletivas nos grupos. As técnicas para a produção agroecológica, bem como a elaboração dos insumos naturais utilizados nas lavouras são aprendidos pelo grupo através dos cursos e da assistência técnica oferecidos pelo CAPA.

A produção dos insumos naturais utilizados nas lavouras ecológicas, como os biofertilizantes, vem sendo feita pelos próprios agricultores, reunidos na propriedade rural de um dos membros do grupo. Os produtores vão elaborando o produto de acordo com as orientações e dicas de um dos técnicos do CAPA. Depois de pronto, este é dividido entre os membros participantes, a despesa é rateada entre eles e o restante do produto é transportado até a cooperativa, podendo ser adquirido pelos demais grupos.

A comercialização dos produtos perecíveis (hortifrutigranjeiros) vem sendo realizada em feiras em dois pontos distintos da cidade (uma na sede da Cooperativa e outro, mais antigo, junto a sede do CAPA). Os demais produtos

são comercializados na própria sede da Cooperativa, em um entreposto onde são expostos e colocados à venda. Além das vendas ao consumidor final, a cooperativa também é responsável pelo abastecimento de alguns restaurantes naturais existentes na cidade.

Durante a realização das feiras, a cooperação se estabelece através do sistema de rodízio realizado pelos membros do grupo, pois alguns produtores ficam previamente responsabilizados pela participação nas feiras para realizar a comercialização dos produtos. Isso concede ao produtor a possibilidade de continuar realizando suas tarefas diárias de trabalho na sua propriedade, enquanto que os seus produtos são comercializados nas feiras por outros membros do grupo.

A cooperação não se estabelece apenas entre os produtores cooperados, mas nas próprias ações da cooperativa. Uma importante prática social de cooperação que vem estabelecendo-se entre a Cooperativa Ecovale e algumas organizações ecológicas cooperativas e associativas instaladas em outros Estados é a parceria na troca de produtos típicos regionais. Com isso, há o aumento do *mix* de produtos ecológicos comercializados pela Cooperativa, tornando-se atrativo ao consumidor que poderá adquirir produtos de diferentes regiões do País, como castanha do Pará, açúcar mascavo e café de outros núcleos de produção agroecológica do País. Em contrapartida, a cooperativa responsabiliza-se pelo envio de erva-mate, farinha de trigo integral, etc., produzidos pelos agricultores sócios da Ecovale.

Em que pese a Cooperativa Ecovale ser formada por agricultores familiares, a cooperação já se faz presente na própria base da organização familiar, em que todos os agentes participam ativamente da execução dos processos e da gestão da propriedade, aliando o trabalho ao dos demais membros da família como forma de garantir a sua reprodução social.

6. O desafio dos agricultores ecológicos para permanecerem na atividade e conquistarem a sustentabilidade

A união dos produtores em vista do interesse de desenvolver um padrão produtivo mais sustentável nas suas propriedades, vem a ser o despertar para a

consciência ecológica na região, pois as práticas convencionais são arraigadas aos padrões químicos desenvolvidos ao longo dos anos no cultivo do fumo.

Além disso, entende-se que existe uma tendência de valorização dos produtos naturais por parte dos consumidores que procuram suprir suas exigências de segurança alimentar. No entanto, trata-se até então de uma tendência, não de um mercado consolidado. Para conquista do mercado consumidor, a cooperativa Ecovale tem como vantagem a condição de ser uma das pioneiras na comercialização de produtos ecológicos na região e a de pioneira no município de Santa Cruz do Sul. A estratégia utilizada pela cooperativa para atrair o consumidor está em ofertar uma grande diversidade de produtos naturais ao preço semelhante do similar produzido de forma convencional.

Apesar da Cooperativa Ecovale ter apenas dois anos de existência, os produtores de produtos ecológicos que agora estão na qualidade de sócios cooperados já praticam a agroecologia há três ou quatro anos, dependendo do produtor. No entanto, ainda configura-se atualmente um período de estruturação da atividade, tanto da propriedade rural (unidade de produção), quanto da própria cooperativa (unidade de comercialização).

Com isso, os gastos apresentam-se maiores nesse momento, o que persistirá até que se tenha adquirido toda a estrutura necessária ao desenvolvimento da nova atividade, priorizando desde a recuperação do solo das propriedades, altamente degradado pelo cultivo intensivo da monocultura do fumo, até a aquisição de vans para fazer o transporte dos produtos da propriedade rural até a cooperativa.

Por outro lado, quando da realização do cultivo do fumo o agricultor contava com o suporte da indústria fumageira que lhe concedia assistência técnica na propriedade e se responsabilizava pela compra da produção. No entanto, os rendimentos obtidos com essa cultura já não são significativos, em se levando em consideração as exigências em termos de utilização intensiva de mão-de-obra durante o cultivo e a exposição do agricultor às altas dosagens de insumos químicos nas lavouras.

O preço do fumo, determinado pelo mercado internacional, aferiu aos agricultores uma renda bruta de R\$ 733,90 ao mês na safra 1999/00. No

entanto, devido aos problemas econômicos que acarretaram na diminuição da produção do Zimbábue (um dos maiores em produção de fumo no mundo), houve uma maior demanda pelo produto brasileiro no último ano, o que contribuiu para que houvesse aumento do preço e conseqüente melhora na renda bruta do agricultor na última safra. A renda bruta na safra 2000/01 foi de aproximadamente R\$ 880,50 ao mês (Jornal Gazeta do Sul, 2000, p. 5).

Desses valores brutos deve ser subtraído o montante que permita cobrir as despesas bancárias para a obtenção do seguro agrícola e do crédito bancário que geralmente é obtido para financiar a safra, além das despesas com as sementes e insumos químicos entregues pelas indústrias fumageiras durante o cultivo. Essas despesas, consideradas altas pelos agricultores, fazem com que a renda líquida fique reduzida.

Em função disso, alguns agricultores consideram que a renda obtida com o fumo se equipara com aquela oriunda da comercialização dos produtos ecológicos através da Cooperativa, principalmente devido a dois fatores:

1) diminuição das despesas com o processo produtivo, uma vez que procura-se obter todos os insumos para a lavoura da própria unidade de produção e;

2) diminuição das despesas com a compra de alimentos, já que a unidade de produção passa a ser a principal fornecedora de alimentos para a família.

A conquista da sustentabilidade econômica desses produtores é uma condição essencial para a continuidade da organização, pois para que seja sustentável o sistema o sistema deve possibilitar condições de qualidade de vida para aquela população que a constitui e para que isso ocorra é necessário, entre outros aspectos, que se mostre capaz de gerar renda.

A geração de renda não implica na obtenção de grandes lucros, mas de recursos que se mostrem passíveis de garantir a reprodução econômica e social dos membros ligados à atividade produtiva, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos mesmos.

7. O produtor ecológico: desafios e perspectivas

A partir da organização dos produtores em torno do desenvolvimento de uma nova atividade produtiva que se mostra mais digna por ser capaz de lhe possibilitar autonomia para gerenciar sua propriedade e lhe conceder a oportunidade de aplicar um sistema de produção isento de produtos químicos que implicam em benefícios para a saúde dos próprios produtores e também dos consumidores, verifica-se que muitos são os desafios a serem enfrentados para que a atividade torne-se sustentável a ponto de poder continuar sendo desenvolvida, contribuindo para garantir a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos na mesma.

No caso dos agricultores familiares analisados neste trabalho, verifica-se que a cooperação é o principal pilar de sustentação que garante ao agricultor estímulo para manter-se desenvolvendo a produção ecológica. A inserção no grupo, o trabalho em conjunto, o aprendizado que vai acontecendo de forma gradativa com os demais agricultores e a participação direta nas atividades da cooperativa contribuem para que os agricultores sintam-se sujeitos no processo, principalmente quando há o entendimento que um necessita do comprometimento do outro para que o trabalho gere bons resultados.

Dessa forma, um dos maiores desafios a serem enfrentados para que a atividade continue a ser desenvolvida de forma pró-ativa é o aprofundamento das relações de cooperação quando da entrada de novos agricultores e grupos de agricultores na organização. Até o momento, contando com um número reduzido de grupos e, conseqüentemente, de famílias na organização, sendo grande parte destes responsáveis pela criação da mesma, torna-se mais fácil a prática da cooperação.

No universo de organizações cooperativas que, com o passar do tempo, foram ampliando seu quadro de sócios, expandindo suas atividades e alargando suas fronteiras, ou seja, tornando-se grandes organizações, verifica-se que muito do trabalho dos dirigentes e até mesmo do próprio cooperado fica orientado para o lucro, numa ótica que vai ao encontro dos objetivos da empresa capitalista, enquanto os princípios e práticas cooperativos vão se desvanecendo e assumindo proporções cada vez menores.

Verifica-se que o aparato institucional oferecido pelo CAPA aos produtores é o principal mantenedor das práticas cooperativas, já que o trabalho em grupo é condição para que os produtores continuem recebendo o suporte dessa ONG. Daí outro grande desafio para a organização cooperativa que deverá conquistar sua auto-suficiência e autonomia a partir do momento em que tiver de desvincular-se desse projeto financiado e mantido pela Igreja Luterana.

Independentemente de todos esses desafios que ainda terão de ser superados, verifica-se que os produtores deram um importante passo em direção a conquista da sustentabilidade, que embora não mensurada neste trabalho mostra-se nítida no tocante a preservação dos recursos naturais através da diminuição significativa na quantidade de insumos químicos que deixaram de ser utilizados após a implantação da agroecologia.

Embora ciente de que as despesas são grandes no início da atividade e que existem dificuldades em começar a comercializar o produto ecológico com um preço superior ao equivalente produzido de forma convencional, o que impede um ganho de renda maior neste período, verifica-se que os gastos gerais da unidade de produção baixaram devido à diminuição do uso de insumos provindos de fora da propriedade.

8. Conclusão

Conforme for o desempenho da Cooperativa no desenvolver das suas atividades, tornar-se-á possível verificar se a organização é sustentável economicamente e institucionalmente. Para que possa ser considerada sustentável economicamente, a cooperativa deverá gerar para os sócios a quantidade de recursos que sejam passíveis de garantir a reprodução econômica e social dos membros ligados à atividade produtiva, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos mesmos. Os resultados vão revelando-se ao final de cada ano, momento em que se pode ter exatidão dos ganhos obtidos ao longo do exercício.

Das três dimensões da sustentabilidade, aqui referidas, a sustentabilidade econômica aparece como a mais importante de ser

conquistada, uma vez que vincula-se ao atendimento das necessidades fisiológicas e de segurança, consideradas as mais importantes para os sócios cooperados. Conforme constatado, a principal motivação que impulsionou os produtores a mudar para a agroecologia foi a possibilidade de livrar-se da preocupação de estar realizando uma atividade que mostra-se prejudicial à saúde dos membros da família envolvidos no processo produtivo. Não obstante, a principal motivação para manter-se sócio da cooperativa é a possibilidade que esta lhes garante de melhor comercializar os produtos e, com isso, ampliar seu nível de renda.

As instituições que estão direta ou indiretamente presentes neste processo de mudança de atividade se fazem fundamentais para garantir apoio aos produtores e contribuir para aumentar a sustentabilidade político-institucional que deverá ser medida também de acordo com o desempenho da Cooperativa, já que esta configura-se como a principal instituição a que estão vinculados, depois do CAPA.

9. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 214p.
- FELIPPI, Ângela. RS tem cem núcleos de produção agroecológica. **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Emater/RS, v. 1, n.2, p.5-12, 2000.
- EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653p.
- JORNAL GAZETA DO SUL. **Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, 30 jun. 2000. p. 5.
- MULLER, Geraldo. Desenvolvimento sustentável: notas para elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, Dinizar Fermiano.

Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p 117-138.

THEIS, Ivo e MERICO, Luiz F.K. Indicadores ambientais para avaliação do desenvolvimento local: uma proposta metodológica para o caso de Blumenau – SC. **Cadernos de Economia**. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Chapecó/SC, ano 3, n. 4, jan./jun. 1999.